

Editorial

Preservar, no pretérito imperfeito

*De tudo ficou um pouco.
Do meu medo. Do teu asco.
Dos gritos gagos. Da rosa
ficou um pouco...*

(Fragmento do poema “Resíduo”, de Carlos Drummond de Andrade)

Texto no contexto

Entendo que o editorial de periódico tem como função apresentar e entregar o produto do trabalho de sua confecção e situá-lo no contexto maior de sua produção.

Nesse sentido, lembro-me da feliz reflexão da nossa mestra Ana Maria Camargo, quando trata do contexto de produção do documento de arquivo, afirmando que os arquivos espelham não apenas as intervenções das instituições na sociedade, “mas também, por extensão, as realidades com as quais, de um modo ou de outro, se envolveram”. De fato, o mais simples documento de arquivo é a unidade mais elementar das funções e estruturas administrativas de um país.

Na mesma lógica, como tratar do fenômeno do sinistro em bens culturais sem inseri-lo no contexto das políticas públicas do país? Só um tolo, negacionista ou um mal-intencionado poderia defender que o desinvestimento ou o desinteresse pela cultura não causam impacto negativo na manutenção das instituições de patrimônio cultural. Isso não implica dizer que havendo apoio estatal para o setor cultural tudo esteja resolvido. Não é concebível uma história institucional sem sujeitos (gestores em todas as instâncias e níveis).

Todo o conteúdo do dossiê temático expresso nesta edição trata de reflexões e análises em torno das diversas modalidades de agentes causadores de perdas de bens e de informações em instituições culturais, sejam por fatores externos ou internos. Entretanto, a sensação é a de que o tema desta Revista se aplica de forma espelhada ao macro contexto de um país que aparenta permanecer em irreversível situação de sinistro generalizado, no médio prazo.

Lembrando que há aqueles sinistros decorrentes de causas abruptas, de origem criminosa ou não (tempestades, enchentes, fogo por balões e raios etc.) e aqueles silenciosos e prolongados, mas que chegam ao mesmo resultado (deterioração natural ou acelerada do bem). Definitivamente, o que acontece com o patrimônio histórico, cultural e artístico brasileiro não é um acidente: fiação exposta, sobrecarga elétrica, rachaduras e infiltrações em prédios malconservados, localização inadequada de acervo, armazenamento e acondicionamento inadequados, falta de treinamento de pessoal e de manutenção nos objetos e equipamentos são fatores identificáveis e corrigíveis. Já são fartamente conhecidas a importância do controle de temperatura, luminosidade e umidade para um acervo, bem como a necessidade de vigilância mais apurada sobre os seus materiais inflamáveis. Sabe-se, perfeitamente, o que poderá decorrer em caso de negligência sobre tudo isto.

Portanto, não podemos pôr na conta das traças, brocas, fungos e roedores este trabalho de desfiguração do nosso patrimônio, pois, historicamente, a política cultural brasileira funciona espasmodicamente. Há os “fatores corrosivos” que são eminentemente resultantes da política (ou da falta dela) para as instâncias produtoras de cultura. Qual será a geração que sentirá o impacto mais evidente e perverso do desmonte do Ministério da Cultura e seu esvaziamento completo, acompanhado de redução de orçamento?

Infelizmente, o patrimônio brasileiro e suas instituições parecem seguir esse caminho e vão sendo largados à própria sorte, sobrevivendo de editais e de projetos esporádicos, ou do interesse de um mecenas corporativo, resultando em acervos sob risco permanente de sinistros. O mais marcante, seguramente, é o

incêndio do Museu Nacional, que completou, recentemente, dois anos. Baixadas as cinzas, dele não mais se fala e aí reside a “definitiva” morte, que é o esquecimento.

A Cinemateca Brasileira e seus múltiplos sinistros como emblema

Não há como negar a relação íntima entre a perda de nosso patrimônio e a forma precária de sua preservação. E podemos tomar o caso da nossa instituição irmã, a Cinemateca Brasileira, como emblemático, nesse sentido.

O acervo dessa instituição é um dos maiores patrimônios da cultura televisiva e cinematográfica brasileira, composto por cerca de 250 mil rolos de filmes e rolos em nitrato de celulose que precisam de controle constante de temperatura e umidade. Trata-se de patrimônio fundamental que conserva memória expressiva da nossa cultura.

Em fevereiro 2016, alguns jornais estamparam manchetes de incêndio na Cinemateca Brasileira, na Vila Clementino, Zona Sul de São Paulo. Exatamente, 4 anos depois, em fevereiro deste 2020, outra trágica ocorrência: enchente na sede da Vila Leopoldina. Após forte chuva que castigou a cidade de São Paulo, toda a região alagou, inclusive o galpão da Cinemateca Brasileira. “As equipes do Centro de Documentação e Pesquisa, do setor de Preservação, Manutenção e Limpeza foram mobilizadas para fazer o resgate dos materiais, naufragados no esgoto do rio Pinheiros. A situação era apocalíptica. O estrago foi grande, mas com a dedicação desta equipe muita coisa foi resgatada”, destaca Rosa Rosa Gomes.¹

De fato, foi uma chuva de rara intensidade, no entanto, “o estado em que se encontrava a sede da Leopoldina e o fato de o acervo não estar em local elevado não é um acaso, mas resultado da falta de investimentos e de descaso ao longo dos anos”, alerta-nos Gomes.

Como se toda essa lamentável situação fosse pouco, com a emergência da pandemia os trabalhos foram interrompidos e, posteriormente, os trabalhadores cruzaram os braços em decorrência da falta de cumprimento de direitos trabalhistas.

Entretanto, não é só de fogo e água que perece o patrimônio cultural brasileiro. A situação dramática da Cinemateca revela os riscos do desmantelamento da instituição que se encontra sem verba sequer para o pagamento da conta de luz e coloca sob forte ameaça a conservação de acervo que requer refrigeração permanente.

Por outro lado, a precarização das relações de trabalho, com o fenômeno da terceirização e quebra de direitos trabalhistas, é extremamente negativa para uma instituição que requer equipe superespecializada. “Instituições de guarda precisam de estabilidade. Ter uma gestão baseada em projetos e fomentos e captação com a iniciativa privada não traz estabilidade, pelo contrário”, defende Rosa Gomes. Esta autora ainda nos propõe importante indagação:

“Cabe perguntar se estamos tratando corretamente a situação quando denominamos sinistro ou se deveríamos encontrar outra expressão para aquilo que vivenciamos na preservação do patrimônio”.

Será este um caso isolado? Infelizmente, o espectro atual nos revela um devir sombrio para o patrimônio cultural brasileiro, e o exemplo da Cinemateca Brasileira talvez seja um espelho do futuro do presente.²

I can't breathe

Precisamos deixar registrado para as futuras gerações que tiveram acesso a este presente (se tiverem!) que esta edição nº 11 da Revista do Arquivo foi elaborada sob as cinzas dos maiores biomas do planeta

¹ Extraído do artigo de Rosa Rosa Gomes, *O sinistro projeto para o patrimônio brasileiro*, no GMARX (Grupo de Estudos de História e Economia Política) <http://gmarx.flch.usp.br/boletim49#sdfootnote2anc>

² Vídeo-manifesto pela Cinemateca: <https://www.clubedecriacao.com.br/ultimas/s-o-s-cinemateca/>

(Amazônia e Pantanal)³. As imagens desse evento foram chocantes. Igualmente ao ocorrido na Quinta da Boa Vista do Rio de Janeiro há dois anos, não é possível estimar as perdas de espécies do nosso patrimônio natural e as consequências para as próximas gerações.

De fato, aqui e alhures se diz que o fogo grassa como o principal agente de destruição de patrimônio. Também é sabido que os incêndios nas nossas matas e florestas não são apenas fenômenos de origem natural, mas há graúdos interesses que querem que adotemos esse fatalismo. Além do mais, uma vez instalado o incêndio, a inércia ou a demora na ação de combate ao sinistro são proporcionais ao tamanho da perda.

A vida humana e suas histórias como patrimônio

Da mesma forma, esta edição foi duramente elaborada por funcionários geograficamente fragmentados e confinados, unidos virtualmente por aparatos tecnológicos. Isto em um país riquíssimo e com razoável sistema público de saúde que, até o momento de fechamento deste editorial, contabilizou o macabro índice de 150.709 mortos (!) e mais de 5 milhões de infectados em apenas 8 meses, em decorrência de uma pandemia muitíssimo mal administrada, o que nos causa a desconfortável sensação de *ad eternum*, à espera de uma improvável vacina salvadora.⁴

Também a versão brasileira da pandemia global causada pela chamada Covid-19 é resultante da má relação do ser humano com o seu meio ambiente, mas o seu prolongamento e dimensão do extermínio de pessoas não resultam de ação desse microscópico ser classificado pelos cientistas no nebuloso interstício entre a vida e a não vida. O Brasil ostenta devastadoras estatísticas entre as piores do mundo. E isso impacta na nossa economia, nas nossas vidas, nas cabeças de quem produz esta revista e também de quem escreve este editorial. Não há como dissociar essas coisas.

O país necessita urgentemente de um plano de gerenciamento de riscos e de preservação de cultura e de vidas.

*E de tudo fica um pouco.
Oh! abre os vidros de loção
e abafa
o insuportável mau cheiro da memória.*
(Fragmento do poema “Resíduo”, de Carlos Drummond de Andrade)

Marcelo Chaves
Editor da Revista do Arquivo

³ Ver clip de Tetê Espíndola e convidados: https://www.youtube.com/watch?v=j_g0gRrZbQ

⁴ Ver clip com Chico César: <https://www.youtube.com/watch?v=5Z0OaldEaAo&feature=youtu.be>